

Convergências entre privatização da educação e avaliação externa no contexto do Movimento Global de Reforma Educacional

Felipe Daniel Barros Diniz¹  Luciane Terra dos Santos Garcia² 
Maria Vieira Silva³ 

Resumo

As avaliações externas assumem centralidade e constituem-se de dispositivos estratégicos para definição das dinâmicas gestoriais consoantes às reformas educacionais de cariz privatista. Esse artigo apresenta resultados de um estudo que teve como objetivo analisar a trajetória do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (Simais), na rede estadual de educação do Rio Grande do Norte, Brasil sob a égide da reforma gerencial. Metodologicamente, recorreu-se a fontes bibliográficas, documentos e legislações produzidas no período de 2016 a 2021, o qual compreende três ciclos de avaliação de larga escala no sistema de ensino potiguar. Os resultados evidenciam a predominância de uma cultura avaliativa referenciada em princípios do Movimento de Reforma Educacional Global (GERM), sobretudo em razão das injunções privatistas contidas nos acordos e contratos realizados com o Banco Mundial e fundações empresariais. As análises são conclusivas sobre a necessidade de ressignificação da cultura avaliativa em prol de uma avaliação diagnóstica, formativa e dialógica, congruente com os interesses e necessidades da comunidade escolar e não da lógica mercantil.

Palavras-chave: Privatização da Educação, Avaliação em Larga Escala, Movimento de Reforma Educacional Global.

Convergences between privatization of education and external evaluation in the context of the Global Education Reform Movement

Abstract

External assessments are central and constitute strategic devices for defining management dynamics in line with privatization-oriented educational reforms. This article presents the results of a study that aimed to analyze the trajectory of the Integrated System for Institutional Monitoring and Assessment (Simais) in the state education network of Rio Grande do Norte, Brazil, under the aegis of management reform. Methodologically, bibliographic sources, documents, and legislation produced between 2016 and 2021 were used, which includes three large-scale assessment cycles in the education system of Rio Grande do Norte. The results demonstrate the predominance of an assessment culture referenced in principles of the Global Education Reform Movement (GERM), especially due to the privatization injunctions contained in the agreements and contracts made with the World Bank and business foundations. The analyses are conclusive about the need to re-signify the evaluation culture in favor of a diagnostic, formative and dialogical evaluation, consistent with the interests and needs of the school community and not with the commercial logic.

Keywords: Privatization of Education, Large-scale Evaluation, Global Education Reform Movement.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: fdlipe@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: luciane.terra@ufrn.br

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: mvieiraufu@gmail.com

Convergencias entre la privatización de la educación y la evaluación externa en el contexto del Movimiento Global de Reforma Educativa

Resumen

Las evaluaciones externas asumen centralidad y constituyen dispositivos estratégicos para definir dinámicas gerenciales acordes con reformas educativas de carácter privatista. Este artículo presenta los resultados de un estudio que tuvo como objetivo analizar la trayectoria del Sistema Integrado de Monitoreo y Evaluación Institucional (Simais), en la red educativa estatal de Rio Grande do Norte, Brasil, en el marco de la reforma de gestión. Metodológicamente se utilizó fuentes bibliográficas, documentos y legislación producida en el período 2016 a 2021, que comprende tres ciclos de evaluación a gran escala en el sistema educativo Potiguar. Los resultados muestran el predominio de una cultura evaluativa referenciada en principios del Movimiento Mundial de Reforma Educativa (GERM), especialmente debido a los mandatos privatistas contenidos en acuerdos y contratos celebrados con el Banco Mundial y fundaciones empresariales. Los análisis son concluyentes sobre la necesidad de resignificar la cultura evaluativa en favor de una evaluación diagnóstica, formativa y dialógica, congruente con los intereses y necesidades de la comunidad escolar y no con lógicas comerciales.

Palabras clave: Privatización de la Educación, Evaluación a Gran Escala, Movimiento de Reforma Educativa Global.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem sido marcada por intensas mutações ensejadas por interconectados processos, os quais, em grande medida, são orquestrados pelas mãos “nada invisíveis” do mercado, quais sejam: a reestruturação produtiva com novas formas de superexploração do trabalho; o ascenso e fortalecimento de concepções político-ideológicas ultraconservadoras; a reconfiguração do Estado com subsunção à potência mercantil; as mutações do sentido da Res pública no tratamento da coisa pública e no provimento de bens sociais; a capilaridade e diversificação de processos de privatizações no tecido social, dentre outros mecanismos que compõem a prolífera doutrina do neoliberalismo.

Neste contexto, as avaliações externas assumem centralidade e constituem-se em baluarte para definição das políticas setoriais formuladas pelos sistemas de ensino. Nas seções que se seguem apresentaremos sínteses analíticas da trajetória do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (Simais) no Rio Grande do Norte, durante o período de 2016-2021, tendo como referência estudos de fontes bibliográficas e documentos legais.

O ESTADO COMO ÂNCORA DO NEOLIBERALISMO E AS INCIDÊNCIAS NA DINÂMICA ESCOLAR

A reforma do aparelho de Estado conduzida por Bresser-Pereira a partir de 1995, na realidade brasileira, deixou marcas indeléveis nos processos da relação entre o setor público e privado. Isso fez com que as diversas entidades da sociedade civil assumissem responsabilidades básicas concernentes ao Estado, mediante um conjunto muito heterogêneo de entidades: Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

(OSCIPs), Organizações Não Governamentais (ONGs), Fundações e Institutos (braços sociais de grandes empresas), dentre outras.

O aforismo de Marx, “o capital é insaciável”, reafirma nossa tese de que a assunção do provimento de bens sociais pela esfera privada ou de entidades públicas não-estatais não é desprovida de interesses voltados para a autovalorização das referidas entidades como também para produção de um novo homo economicus consoante com o *modus operandi* neoliberal em voga no tempo presente. Além disso, a intensificação da lógica privatista no setor público contribui para produzir mutações também no sentido da cidadania: de uma cidadania de direitos, temos uma cidadania outorgada, controlada, dosada. A reforma do Estado garantiu um movimento síncrono entre o processo de corrosão dos monopólios estatais em vários setores da economia e a potencialização das privatizações, garantindo o fortalecimento dos “novos Leviatãs”, conforme simbologia utilizada por Boron (1999, p. 38):

os Leviatãs agora são muitos, e não só um, como queria o filósofo político. E, mais importante ainda, esses Leviatãs são privados, são as grandes empresas que, nas últimas décadas, garantiram seu predomínio nos mercados mundiais até limites inimagináveis faz poucos anos. Como sabemos, o poderio que hoje caracteriza os mega conglomerados da economia mundial – gigantescas burocracias privadas que não prestam conta a ninguém nem a nada – não tem precedentes na história.

O fortalecimento dos grupos privados nacionais e estrangeiros por meio dos oligopólios privados enfraquece grupos políticos regionais tradicionais, implementa a desregulamentação trabalhista com demissões em massa, enfraquece os sindicatos e redefine o papel do Estado a partir de uma relação simbiótica com o mercado, como exposto por Harvey (2005, p. 29-30):

A ideia de que, na era da globalização, o Estado-Nação está encolhendo ou desaparecendo como centro de autoridade é uma tolice. De fato, desvia-se a atenção do fato de que o Estado-Nação está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas em todos os tipos de meios propositadamente novos: cortar os benefícios sociais, regular os fluxos migratórios e assim por diante. O Estado está muitíssimo ativo no domínio das relações entre capital e trabalho. No entanto, ao passarmos para a relação entre capitais, o quadro é bem diferente. Nesse caso, o Estado perdeu, de fato, poder para regular os mecanismos de alocação ou competição, conforme os fluxos financeiros globais escapavam do alcance de qualquer regulação estritamente nacional.

As consequências sociais e políticas decorrentes desse processo, em especial o impacto político-ideológico sobre as classes trabalhadoras e suas representações políticas, têm incidências diversificadas sobre as instâncias dos estados subnacionais, reestruturando a máquina estatal sob a lógica da Nova Gestão Pública.

O período posterior à reforma do Estado brasileiro, que remonta à primeira metade da década 1990, a partir da criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), demandou dos Estados subnacionais adequações a uma nova realidade,

pautada na descentralização de poderes e encargos. No Rio Grande do Norte (RN), mudanças no modelo de gestão do sistema de educação pública, de caráter gerencialista, foram efetivadas a partir de uma Reforma do Sistema Educacional, de modo a atender os objetivos postos no Plano Estadual de Educação Básica (1994–2003) (Rio Grande do Norte, 1994).

As premissas da Nova Gestão Pública foram consolidadas na agenda governamental potiguar mediante a assinatura de acordos com o Banco Mundial e a decorrente adaptação às condicionalidades do Banco, como também se intensificaram mecanismos de privatização da máquina pública, mediante empresas estatais, em seus formatos convencionais, metamorfoseando o sentido da privatização.

Ball (2014) ressalta que a privatização da educação não ocorre de forma drástica ou linear, mas envolve um processo no qual as políticas e práticas educacionais vão sendo reformadas gradualmente até convergir para os métodos e os princípios do mercado. Por meio de redes de políticas que unem entidades/fundações, empresas privadas e governos, “soluções de mercado” estão sendo propostas, exportadas e vendidas aos governos nacionais e subnacionais como alternativa para os “problemas” da educação pública. Ball e Youdell (2007) afirmam ser mais adequado falar em “privatizações” em razão da diversificação e seus formatos e arranjos estratégicos entre o Estado e o setor privado.

Os autores categorizam a privatização em duas modalidades: a endógena e a exógena. A privatização endógena, ou privatização na educação, está intimamente relacionada à importação das concepções, técnicas e práticas do setor privado, operando de modo a tornar o setor público e as escolas semelhantes a empresas. Já a privatização exógena, ou privatização da educação, envolve um processo de abertura dos serviços públicos para a atuação do setor privado e para as formas explícitas de privatização.

A assinatura do acordo de empréstimo ao Banco Mundial, em 2013, no último ano do Governo Rosalba Ciarlini (2011-2014), possibilitou ao estado do RN implementar o Programa Governo Cidadão, mediante um amplo conjunto de ações. Esse Programa, segundo seus propugnadores, tinha o objetivo de reverter o baixo dinamismo econômico historicamente vivenciado pelo estado, além de atuar na diminuição das desigualdades sociais e promover a modernização do aparelho de gestão pública, visando maior eficácia e eficiência (Rio Grande do Norte, 2013).

As ações previstas encetadas pelo referido Programa são apresentadas como multissetoriais e integradas mediante articulação entre diversas Secretarias do estado, se desdobrando em três componentes: 1) Desenvolvimento Regional Sustentável; 2) Melhoria dos Serviços Públicos; e 3) Gestão do Setor Público (Rio Grande do Norte, 2013). A educação e os processos de avaliação assumem prioridade nos subcomponentes 2.2, referente às melhorias nos serviços públicos voltados à educação, e 3.2, sobre as reformas de Estado e da educação, por meio da modernização das instituições estaduais e dos sistemas administrativos.

Para a reestruturação da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (Seplan), foi contratado o Instituto PUBBLIX visando o redesenho dos processos institucionais das oito Secretarias de Estado.

Durante o governo de Robinson Farias (2014-2018) ocorreu um aumento expressivo de parcerias entre a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte (Seec/RN), fundações e institutos privados, com o objetivo de fornecer serviços educacionais ao estado.

Quadro 1 – Fundações privadas atuando na educação do Rio Grande do Norte, Brasil.

Instituto/Fundação	Proposta
Instituto de Corresponsabilidade pela Educação	Programa de Fortalecimento das Escolas de Ensino Médio do RN (Promédio), que tem como objetivo aprimorar a prática docente por meio de diagnósticos e resultados, visando planejamento e elaboração de práticas pedagógicas adequadas (SEEC/ASSECOM, 2018). A ação desenvolvida por essas empresas tem o objetivo de melhorar a oferta e a qualidade do ensino público de nível médio (RIO GRANDE DO NORTE, 2017) e busca atender às demandas da Portaria nº 1.145/2016 – que institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral – e da Lei da Reforma do Ensino Médio nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017).
Instituto Sonho Grande e Instituto Natura	Programa de Fortalecimento das Escolas de Ensino Médio do RN (Promédio), que tem como objetivo aprimorar a prática docente por meio de diagnósticos e resultados, visando planejamento e elaboração de práticas pedagógicas adequadas (SEEC/ASSECOM, 2018). A ação desenvolvida por essas empresas tem o objetivo de melhorar a oferta e a qualidade do ensino público de nível médio (Rio Grande do Norte, 2017) e busca atender às demandas da Portaria nº 1.145/2016 – que institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral – e da Lei da Reforma do Ensino Médio nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017).
Fundação Telefônica	Programas Inova Escola e Escolas Conectadas. Esses programas oferecem cursos presenciais e à distância para professores e gestores escolares, com o objetivo de integrar a tecnologia à prática pedagógica e à gestão educativa. A parceria visa também a transferência de tecnologias e soluções educacionais e/ou sociais; de empreendedorismo e de inovação; o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas à aprendizagem; além de ações para intercâmbio de informações, pesquisa e aprimoramento da gestão das políticas públicas (Rio Grande do Norte, 2017).
Instituto Unibanco	Implementação do Projeto Jovem de Futuro nas escolas de Ensino Médio da Rede Pública do Rio Grande do Norte, com a meta de melhorar a qualidade do ensino e reduzir os índices de evasão escolar
Fundação Leman	“Programa Gestão para a Aprendizagem”, o “Programa Formar” e o “Programa Escolas na Rede”. Esses programas fornecem formações específicas para professores de Língua Portuguesa e Matemática e influenciam toda a rede educacional, desde o planejamento estratégico da secretaria até a gestão das escolas e do trabalho pedagógico em sala de aula. O Programa Gestão para a Aprendizagem, em particular, promove o ideal de gestão pela qualidade total e dissemina teorias com forte apelo conservador e neoliberal

Fonte: Elaboração pelos autores.

No referido período, em consonância com as ações propostas pela reforma educacional implementada e a influência cada vez maior do Banco Mundial na educação potiguar, estas empresas atuaram com maior intensidade em diversas funções. Garcia, Diniz e Queiroz (2020) mapearam cinco grandes grupos privados atuando no estado naquele período, conforme mostrado no Quadro 1: Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Fundação Telefônica, Instituto Unibanco e Fundação Le-

mann. Essas entidades atuaram nas mais diversas áreas, como educação em tempo integral, educação continuada, gestão escolar e em uma alegada “modernização” do ambiente escolar.

O Quadro 1 evidencia a capilaridade de processos privatistas na máquina pública potiguar, mediante ações de fundações e institutos empresariais voltadas para formulação e implementação de programas educacionais, com objetivos, supervisão de resultados e “accountability” referenciados em princípios mercantis. Essas fundações se colocam na posição de arautos da qualidade da escola pública, que deve ser alcançada pela introdução de tecnologias no trabalho educativo e na gestão escolar, pela venda de soluções prontas para serem aplicadas em qualquer escola. Acredita-se que o professor deve ser treinado para o uso de manuais de ensino e de ferramentas tecnológicas que garantirão a aprendizagem do estudante, de modo que o alcance dos objetivos visados precisa ser medido.

A aferição dos resultados obtidos no processo educativo requer a implantação de sistema de avaliação externa às escolas, que se constituem em base estratégica para sedimentar a implementação destes programas e eixo catalisador da dinâmica privatista. Ademais, a criação de sistemas de avaliação da aprendizagem estudantil constitui-se em condição aos signatários de empréstimos do Banco Mundial, o que tem levado à disseminação de sistemas de avaliação em larga escala em âmbito nacional e internacional. O empréstimo conferido ao Estado do RN subsidiou, portanto, a criação de um sistema próprio de avaliação educacional, conforme discute-se a seguir.

Nesse contexto, a implementação do Simais não deve ser entendida como o mecanismo central de uma lógica interna de privatização. Em vez disso, a privatização ocorre pela própria atuação dessas instituições privadas, as quais assumem um papel estratégico na definição de metas, supervisão de resultados e accountability, sempre alinhados a princípios mercantis. O Simais, portanto, surge como uma ferramenta de gestão pública, mas sua operacionalização é influenciada por um ambiente já marcado pela presença e pela pressão dessas entidades, que buscam consolidar um modelo educacional pautado pela eficiência e pela mensuração de resultados.

A criação de sistemas de avaliação externa é um exemplo claro dessa dinâmica. Esses sistemas não apenas atendem a demandas de organismos internacionais, como o Banco Mundial, mas também servem como base para a implementação de programas educacionais geridos ou influenciados por instituições privadas. Dessa forma, a privatização da educação não se dá pela transferência direta de gestão para o setor privado, mas pela incorporação de uma lógica empresarial no sistema público, mediada por essas entidades. O Simais, nesse sentido, reflete e opera dentro de um cenário já moldado por essa presença privada, que redefine os parâmetros da educação pública em direção a uma visão gerencial e mercantilizada.

A TRAJETÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO SIMAIS E AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS OBJETIVOS

Os sistemas de avaliação estaduais da região Nordeste seguem um modelo semelhante ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em nível nacional e, assim como outras regiões, recebem consultoria do Centro de Políticas Públicas (CAED) e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

O CAEd foi criado na década de 1990, a partir do Programa de Apoio à Avaliação Educacional (Pro-Av/Capes), lançado pelo Inep. O CAEd/UFJF integra a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) como um dos seus núcleos de pesquisa. Atua por meio da venda de “serviços e assessorias educacionais”, o que demandou, desde a sua criação, a atuação articulada a uma fundação privada de “apoio”, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fadep), a própria UFJF, para a gestão financeira e de pessoal dos projetos, contratos e convênios celebrados com diferentes clientes.

Quadro 2 – Ciclos do Simais no RN (2015-2020)

Ano	Anos e séries avaliadas	Áreas do conhecimento avaliadas	Instituição realizadora
2016	5º, 6º e 9º EF; 1ª e 3ª séries EM.	Língua Portuguesa e Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza	Avalia Educacional/ Grupo Santillana
2017	3ª série EM	Língua Portuguesa e Matemática	CAEd/UFJF
2018	5º e 9º EF; 3ª e 4ª séries EM.	Língua Portuguesa e Matemática	CAEd/UFJF
2019	5º e 9º EF; 3ª série EM.	Língua Portuguesa e Matemática	CAEd/UFJF
2020	Não houve aplicação (COVID-19)		

Fonte: Elaboração pelos autores.

Especificamente, no RN foi implementado o Simais entre os anos 2016 e 2020, conforme pode ser observado no Quadro 2. O seu primeiro ciclo corresponde aos anos de 2015 e 2016, abrangendo avaliações da aprendizagem, do profissional e das instituições. Em linhas gerais, esta etapa circunscreveu-se a configurações do sistema e a aplicação de um modelo por uma empresa privada de consultoria. O segundo ciclo da avaliação ocorreu em 2017, com o enxugamento do sistema devido a restrições orçamentárias e com a assinatura de parceria com o CAEd, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora. Por fim, o terceiro ciclo do Simais corresponde aos anos de 2018 e 2019, com o retorno de séries anteriormente excluídas da avaliação e finalizando com o ano de 2020, no qual não ocorreram avaliações devido à pandemia global do COVID-19.

A implementação do Simais é decorrente de um processo histórico, impactado por diferentes concepções de educação e avaliação, ao longo das gestões estaduais. Conforme Bowe e Ball (1992), é impossível ignorar as disputas e os embates referentes às fases de formulação e implementação das políticas, desde a concepção até a execução e avaliação, e em cada uma dessas etapas, podem ocorrer conflitos, divergências e negociações entre os atores envolvidos. Sem embargo, a formação da agenda política é um processo complexo e dinâmico, que envolve a participação de diferentes atores sociais, como governantes, políticos, técnicos, mídia e sociedade civil, os quais podem ter distintas visões sobre prioridades e problemas a serem enfrentados, o que pode gerar conflitos e divergências. A formação dessa agenda também pode ser influenciada por fatores contextuais, como a conjuntura política e econômica, as crises institucionais, as mudanças demográficas, entre outros. Esses fatores podem afetar as percepções dos atores sociais e levar mudanças na trajetória das políticas ao longo do tempo.

Durante a gestão de Rosalba Ciarlini Rosado (DEM) (2011-2014) e da Professora Betânia Leite Ramalho como Secretária de Educação, foram dados os primeiros passos na formulação de um sistema de avaliação em larga escala no RN. Esse processo foi fundamental para a organização do trabalho pedagógico-administrativo da rede estadual de ensino, que havia se encontrado desarticulado em decorrência da falta de continuidade e planejamento nas gestões educacionais anteriores até então.

De acordo com Diniz (2020), os gestores estaduais do governo Rosalba Ciarlini (2011-2014) destacavam a necessidade de se desenvolver um sistema que integrasse as informações sobre o desempenho educacional do estado, de forma a proporcioná-los uma percepção abrangente e precisa da educação no RN. É importante ressaltar que que embora houvesse um setor estatístico na Seec/RN, este não fornecia dados suficientes para a tomada de decisões pelos secretários, resultando em discrepâncias entre a solicitação de dados e a definição de políticas. A falta de uma ferramenta institucional que integrasse essas informações levava ao adiamento de ações vitais para a melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, a Subsecretaria de Avaliação Educacional (Suave), responsável pelo setor de avaliação na Seec/RN, em consonância com os desafios e necessidades apresentadas, considerou a premência de elaborar um sistema de avaliação conjugado com um sistema de gestão. O objetivo desta proposta seria desenvolver um modelo de política que permitisse a visualização de dados relativos ao ensino e aprendizado, à gestão, aos aspectos institucionais das escolas, aos departamentos regionais de ensino, Secretarias, dentre outros setores.

Sob tal perspectiva, foi constituído o Sistema Integrado de Gestão da Educação (SI-GEduc), o qual foi implementado simultaneamente à assinatura do contrato com o Banco Mundial. Esse contrato previa a implementação de um sistema próprio de avaliação educacional, o qual possibilitou o aporte de novos recursos financeiros para a implementação

de um sistema focado na avaliação e monitoramento da educação potiguar. Evidencia-se, pois, que apesar de haver um consenso sobre a necessidade de mecanismos para a avaliação local, o financiamento do Banco Mundial exerceu significativa influência no desenho da política, pois o Banco exigiu que o sistema fosse propriedade do estado, mas demandou a contratação de entidades privadas de consultoria para a sua formulação e implementação.

A subsunção da máquina governamental potiguar às prescrições e injunções do Banco Mundial é emblemática da forma como opera o “Global Education Reform Movement” (GERM). Este movimento surgiu no início dos anos 2000 e seu objetivo precípua é reforçar reformas educacionais que promovam e fortaleçam o discurso da eficiência dos sistemas educacionais. Conforme Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018), o GERM é um pacote de reforma educacional global que visa fortalecer a eficácia dos sistemas educacionais articulado em torno dos seguintes princípios: padronização, responsabilização e descentralização. Ainda conforme o autor, a

padronização da educação envolve a definição de padrões de aprendizagem e a prescrição de um currículo nacional estruturado em torno de padrões centrais comuns mensuráveis – pelo menos em relação a temas curriculares essenciais. A descentralização da educação implica uma mudança “nas competências territoriais do governo central para as autoridades regionais, estaduais ou locais” [...]. A responsabilização, implica tornar os atores educacionais (incluindo escolas e professores) mais responsáveis a, e responsáveis por suas ações e resultados. (Verger; Parcerisa; Fontdevila, 2018, p. 63)

De acordo com Ball (2001), estas reformas “costuram” um conjunto de políticas que relacionam mercados com gestão e com transformações na natureza do próprio Estado. Sob tal perspectiva, assevera que:

estes processos de reforma [...] representam não propriamente o abandono por parte do Estado dos seus mecanismos de controle, mas sim o estabelecimento de nova forma de controle [...] Tal como enfatizado pela OECD [...] uma nova relação do Estado com o setor público é pensada, sobretudo “na exploração de alternativas que orientem o provimento público” e tornem o provimento de serviços “contestável e competitivo”; “a mercantilização e a privatização são opções políticas importantes neste contexto” (Ball, 2001, p. 105)

Ball (2018) remete ao documento da OCDE intitulado “Governance in Transition: Public Management Reforms in OECD Countries”, de 1995, para exemplificar o caráter prescritivo das reformas como “o novo paradigma da gestão pública”. Suas análises evidenciam as formas de articulação de agências multilaterais com a intenção de consolidar um projeto de educação alinhado a um projeto global.

Conforme mencionamos anteriormente, no caso do RN, o Banco Mundial assumiu esse papel, mediante as condicionalidades impostas para efetivar o empréstimo para a Seec/RN, exigindo que o sistema de avaliação fosse propriedade do estado, contudo, tendo sua formulação e implementação sob a gestão de entidades privadas.

Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018) apontam que as avaliações nacionais em larga escala são altamente funcionais para a implementação prática dos princípios políticos que dão forma ao GERM. Isso ocorre pois representam o principal instrumento político nas mãos dos governos para garantir que os atores escolares cumpram as metas nacionais e adotem os padrões de ensino e aprendizagem definidos no currículo nacional; para manter o poder do Estado e para “conduzir à distância” a complexa rede de provedores e atores que configuram o sistema escolar e promover relações de responsabilização de natureza administrativa e de mercado.

No âmbito do estado do RN a implementação do Simais ocorreu mediante licitação para contratação de consultoria, a qual foi aberta em âmbito internacional, possibilitando ampla participação de empresas no processo. Embora a Seec/RN se apropriasse dos recursos para a implantação do Simais, a execução das políticas ficou sob a responsabilidade de uma empresa privada de consultoria contratada para implementar o sistema. Essa mudança no papel do Estado, que continua a financiar as ações educacionais, mas transfere a execução das políticas para instâncias privadas, consolida a criação do mercado educacional e colapsos do sistema público de educação, conforme aponta Freitas (2018).

O Simais teve continuidade na gestão de Robinson Farias (2015-2018), marcada pelo contraste entre duas gestões à frente da Seec. A eleição de Robinson Farias, até então vice-governador de Rosalba Ciarlini, pelo Partido Social Democrático (PSD), contou com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT). Com isso, é elevado ao posto de Secretário de Educação do RN o professor Francisco das Chagas, oriundo do quadro do PT.

Durante seu discurso de posse, Francisco das Chagas enfatizou a importância de estabelecer uma cultura de planejamento para otimizar as atividades e alcançar melhorias na qualidade educacional. Desse modo, definiu cinco eixos para sua gestão: valorização dos profissionais da educação, com incentivos como a política de reajuste salarial; gestão democrática, com controle social e transparência nas atividades das escolas; respeito à diversidade, com o objetivo de promover a inclusão social; a aprendizagem voltada para o currículo escolar e articulação com os sistemas municipais, estaduais e nacionais de Educação, com a necessidade de cooperação com instituições educacionais de todas as esferas para a promoção do diálogo.

As pautas defendidas pelo então Secretário apontavam para desafios a serem enfrentados e, dentre eles, a implementação de um sistema próprio de avaliação tendo em vista a necessidade de monitorar as ações tomadas e seus resultados concretos. Sem embargo, parte dos gestores defendia, naquele momento, a utilização dos sistemas nacionais de avaliação como ferramenta de monitoramento e avaliação do estado, criticando a necessidade de se ter um sistema próprio de avaliação estadual ou municipal. Embora possa ser considerado um contrassenso ao que se efetivou na maioria dos estados, o posicionamento

contrário à implementação de um sistema de avaliação próprio pode ser justificado por três fatores, conforme apontado por Brooke e Cunha (2011): em primeiro lugar, os gestores poderiam não ter percebido o potencial dessas informações para a formulação de políticas; em segundo lugar, as Secretarias encontravam dificuldades em formular políticas de gestão devido à resistência encontrada entre os professores; e em terceiro lugar, os instrumentos de avaliação utilizados pelas Secretarias nem sempre correspondiam aos usos almejados pelos gestores. No entanto, é possível observar que a referida gestão manteve as tratativas para a implementação do Simais, iniciadas na gestão anterior.

No entanto, após o rompimento do Governo Robinson Farias (2015-2018) com o PT, em 2016, devido aos votos favoráveis de integrantes de seu partido ao impeachment da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016), é publicada a exoneração dos Secretários desse partido que compunham o governo estadual, entre eles o então Secretário da pasta da educação, Francisco das Chagas. No lugar de Chagas, assume, na principal cadeira da Seec/RN, Cláudia Santa Rosa, alinhada ao governador e que segue até o fim do seu mandato, em 2018. A nova gestão assume com o compromisso de avançar no cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) (Rio Grande do Norte, 2016) e promover uma aprendizagem de qualidade social ampla. É possível, entretanto, destacar incongruências existentes entre a dita “qualidade social” desejada pela gestão e a busca da qualidade da aprendizagem voltada aos resultados nas avaliações externas. Segundo Silva (2009, p. 225), a qualidade social da educação

[...] não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos. A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas.

Tal perspectiva contrasta com o conceito de qualidade de aprendizagem a partir das avaliações externas – apontada como principal meta a ser obtida pela gestão da Seec/RN naquele período –, que muitas vezes reduzem a educação a um resultado mensurável, como notas em provas e exames padronizados. Essa abordagem, embora possa trazer algumas informações úteis, pode ignorar as diferenças socioeconômicas e culturais entre os estudantes e a complexidade do processo educacional. Além disso, a ênfase na avaliação de resultados pode levar a uma cultura de pressão por resultados, aprofundando o nível de accountability, com consequências negativas em detrimento das tensões ensejadas pela competitividade e responsabilização unilateral para os docentes.

A implementação do Simais foi marcada por intensa presença de grupos privados na gestão da educação pública potiguar por meio de diversos projetos, contribuindo para o acirramento da difusão de valores mercantis mediante a instituição de uma ferramenta de validação dos ideais tecnicistas. O sistema próprio de avaliação é comumente defendido por parte dos educadores devido a alegadas limitações do Saeb e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que possuem prazos e tempos restritos de divulgação dos resultados, dificultando a tomada de ações. Neste sentido, o Simais, enquanto sistema próprio, foi considerado pertinente por permitir a criação de indicadores da aprendizagem e de contexto, além de possibilitar maior interação entre a equipe pedagógica, docentes e processo de avaliação. No entanto, é preciso garantir que esse sistema tenha alto grau de confiabilidade e transparência para que os resultados obtidos possam ser utilizados de forma efetiva.

O processo licitatório para a escolha da consultoria responsável pelo desenvolvimento do Simais foi de natureza internacional, em razão da exigência do Banco Mundial para contratos de alto valor. De acordo com Diniz (2020), a Seec/RN enfrentou dificuldades durante o processo licitatório, visto que a maioria das empresas concorrentes tinha experiência limitada na área de avaliação, enquanto o Simais havia sido definido como uma política que exigia a avaliação contextual e institucional. Neste processo a entidade Avalia Educacional Ltda, vencedora do processo (Rio Grande do Norte, 2016), era uma das poucas empresas com alguma experiência na área.

De acordo com o Plano Técnico de Ação (Avalia Educacional, 2016), a empresa foi contratada para implementar um amplo sistema de avaliação educacional, preconizando dimensões abrangentes do desempenho escolar dos alunos, desempenho de docentes e gestores e avaliação institucional das Secretarias, diretorias e unidades escolares. Além disso, o sistema também incluiu o monitoramento dos programas e projetos educacionais da Seec/RN (Avalia Educacional, 2016, p. 4).

Conforme o estabelecido, o Simais foi composto por três principais componentes: o RN Aprende, um sistema de avaliação da aprendizagem escolar no Rio Grande do Norte; a avaliação do desempenho docente e profissional; e a avaliação institucional (Rio Grande do Norte, 2016b). Com o intuito de estabelecer uma avaliação abrangente, decidiu-se avaliar os anos do 5º, 6º e 9º do ensino fundamental, assim como a 1ª e 3ª séries do ensino médio. Esse delineamento constituiria o componente inicial do Simais, conhecido como RN Aprende, o qual ampliou o escopo da avaliação local em comparação à avaliação nacional, que naquela ocasião avaliava os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Os principais motivos para avaliar esses anos de estudo foram o fato de representarem fases de ingresso e conclusão das etapas educacionais, além de apresentarem índices elevados de reprovação naquele momento. A avaliação também tinha o propósito de analisar os resultados do Programa de Inovação Pedagógica (PIP), cujo financiamento era proveniente do

Banco Mundial e buscava aprimorar a qualidade do 6º ano do ensino fundamental e da 1ª série do ensino médio.

Outra determinação foi feita em relação à definição das disciplinas a serem avaliadas. Distanciando-se do modelo do Saeb vigente em 2016, o Simais englobaria, para além de Língua Portuguesa e Matemática, conforme estabelecido pela avaliação nacional, os conhecimentos de Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Essa escolha teve como objetivo mitigar as críticas relacionadas à restrição do currículo. Ao decidir por um modelo mais abrangente, incluindo a avaliação de disciplinas como História, Geografia e Ciências, o Simais promove um afastamento daquilo que é amplamente defendido por Organizações Internacionais. Isso porque, de acordo com Freitas (2018), essas organizações, por meio dos reformadores educacionais, enfatizam a importância do aprendizado de disciplinas consideradas fundamentais e necessárias à formação da massa trabalhadora, como língua portuguesa e matemática e, ainda, das competências, habilidades e valores desejados para inserção no mercado de trabalho.

PLATAFORMIZAÇÃO DE DADOS E DESAFIOS DO SIMAIS

A utilização de espaços digitais na administração pública visando gerenciar informações e conhecimento por meio de avaliações de dados tem sido recorrente. Conforme ressaltam Teixeira e Valentim (2012), esses sistemas, hospedados em plataformas online acessíveis de qualquer lugar, oferecem aos gestores uma visão abrangente dos dados produzidos tanto interna quanto externamente à instituição. No contexto específico da implementação do Simais, a criação da interface web intitulada Simaisweb permitiu o acesso universal aos resultados estratificados em diversas categorias, como Secretarias, Diretorias Regionais, escolas, turmas, ano/série e alunos. Através do Simaisweb, os gestores da Secretaria e os consultores contratados buscavam disponibilizar indicadores educacionais, estimulando a análise de dados e a percepção de melhorias na gestão educacional (Avalia Educacional, 2017).

O Plano Técnico de Ação estabeleceu a elaboração de uma plataforma online para o Simais, destinada a reunir informações relevantes, incluindo dados de avaliações (Avalia Educacional, 2016). O objetivo principal deste sistema é centralizar os resultados das avaliações internas e externas, como o Saeb, juntamente aos dados provenientes do Censo Escolar e outras fontes, em um único portal, fornecendo dados claros que servissem de embasamento para as decisões tomadas no âmbito educacional. Com o intuito de facilitar a compreensão dos dados, a consultoria contratada priorizou a criação de uma interface intuitiva, que englobasse ferramentas para comparar os dados de aprendizagem (medidos por meio dos testes do RN Aprende), gráficos que evidenciassem a evolução da aprendiza-

gem ao longo do tempo, além de tabelas e descrições didáticas das informações apresentadas (Avalia Educacional, 2017).

A implementação da plataforma Simaisweb envolveu a integração de diversos indicadores educacionais provenientes de fontes como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Provinha Brasil, Saeb, Prova Brasil, Ideb, Censo Escolar e Sigeduc. Essa integração possibilitou a divulgação abrangente dos indicadores estaduais e nacionais gerados por outros sistemas de avaliação de grande escala. No entanto, a divulgação dos dados não foi completamente transparente para a sociedade em geral. Os resultados do “RN Aprende” de 2016 foram disponibilizados em cadernos informativos e relatórios direcionados a setores específicos, incluindo diretorias, escolas, turmas e alunos.

O acesso à plataforma Simaisweb variava de acordo com o perfil do usuário, com o Secretário de Educação desfrutando de acesso total em todos os níveis do sistema. Por sua vez, os diretores regionais tinham acesso restrito aos dados de suas respectivas regiões, enquanto diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores e professores tinham acesso limitado às informações de suas próprias instituições e turmas. A divulgação dos resultados foi restrita, disponibilizando ao público em geral somente o que foi determinado pela Secretaria de Educação, a fim de evitar comparações e competições entre as instituições, que poderiam ter impactos negativos no currículo e fortalecer práticas discriminatórias (Sousa, 2003; Avalia Educacional, 2017).

O segundo ciclo do Simais (2017) foi marcado por crise e enxugamento do sistema. Com a divulgação dos resultados da edição 2016 do Simais, o sistema passou por mudanças em sua trajetória. Segundo Diniz (2020), os recursos destinados ao Simais, inicialmente no valor de R\$ 2.682.050,76, vindos do acordo com o Bird, deveriam ser utilizados para custear três anos de avaliação do sistema. Entretanto, essa dotação orçamentária foi utilizada apenas para uma edição, em 2016, visando avaliar as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza em todas as séries. Tal dinâmica demandou um volume alto de recursos financeiros, pessoal de apoio e apoio político. Após a divulgação dos resultados do Simais 2016, o Sistema passou a ser financiado com recursos próprios da Secretaria, os quais até então eram oriundos do Banco Mundial. Os recursos destinados às 2ª e 3ª edições do Simais foram realocados para aquisição de Laboratório de Informática para 100 escolas do Ensino Médio. Esta medida está registrada no Relatório de Progresso 2017/2018 do Projeto Governo Cidadão (Rio Grande do Norte, 2018).

O BM solicitou que a SEEC elabore um documento contendo a estratégia de uso dos equipamentos, enfatizando a logística dos equipamentos. Esse documento foi elaborado e entregue ao BM. André Loureiro já o analisou, e sugeriu alterações no tocante ao detalhamento da proposta pedagógica de utilização dos equipamentos. Essas alterações foram concluídas e atualmente o processo está na licitação, mas o BM não deu/negou a NOL ao edital por motivos de discrepância entre os valores das propos-

tas. A SEEC está em campo para levantar novamente esses valores. (Rio Grande do Norte, 2018, p. 193)

Pelo exposto, a compra dos equipamentos foi suspensa em razão do não cumprimento de algumas exigências do Banco Mundial, dentre elas a falta de uma estratégia para uso dos equipamentos, o detalhamento da proposta pedagógica e a discrepância entre os valores das propostas apresentadas.

Sem a possibilidade de alocar recursos para a realização da segunda etapa do Simais, a solução estratégica encontrada foi a contratação de uma nova instituição para realizar a avaliação de 2017, dessa vez, com recursos próprios. A manutenção do Simais, mesmo nessas condições, revela que, a avaliação já havia se tornado um imperativo, dados os contextos de influência das Organizações Internacionais e da necessidade inerente em se ter dados indispensáveis para a tomada de decisão pelo poder público no que diz respeito às políticas educacionais.

A escolha de uma nova empresa para realizar o Simais, no ano de 2017, ocorreu por dispensa de licitação, devido ao pouco tempo hábil para este fim. A disputa ocorreu com a participação de diversas empresas, entre elas a Fundação Cesgranrio, o Cebraspe, a Fundação Getúlio Vargas, a Vunesp e o CAEd, sendo este último o escolhido tendo em vista sua possibilidade em atender o prazo necessário.

O CAEd foi fundado na década de 1990, a partir do Programa de Apoio à Avaliação Educacional (Pro-Av/Capes), lançado pelo Inep. O objetivo desse programa era financiar projetos de instituições de ensino e pesquisa, visando a estruturação e consolidação de centros especializados na formação de recursos humanos para a realização de avaliações educacionais em diversos níveis, além do estímulo ao desenvolvimento de estudos e pesquisas (Pestana, 2016).

O CAEd tem tido atuação no desenvolvimento e monitoramento dos processos de avaliação externas das redes públicas de ensino em todo o país. Os testes são construídos de forma padronizada e os resultados são alocados em uma escala de proficiência, indicando a consolidação de competências e habilidades ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Na região Nordeste, com exceção do estado de Sergipe, todos os demais estabeleceram convênios com este centro para a realização de avaliações externas, as quais, de modo geral, seguem um padrão: aplicam testes padronizados para estudantes nos anos finais do ensino fundamental e médio, com foco nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Sua abordagem avaliativa difunde práticas e valores que refletem a lógica mercantil a partir de parâmetros de produtividade, meritocracia e individualismo. Além das avaliações externas, o CAEd desenvolve estudos, apoia grupos de pesquisa, promove ações e eventos de ensino, pesquisa e extensão, oferece cursos e programas de pós-graduação, coopera com outras

instituições e consolida uma cultura avaliativa e formação profissional baseada em parâmetros gerenciais, visando aprimorar a produtividade dos processos educacionais.

O recrudescimento da influência do setor privado na educação potiguar, assim como os princípios mercantis presentes nos mecanismos de avaliação preconizados pelo CAEd, contribuiu para a disseminação de valores pautados na meritocracia, individualismo, concorrência, entre outros. Ademais, o Simais contribuiu para potencializar o lucro dos grupos privados, além de atuar como ferramenta de monitoramento e controle dos indicadores do estado visando à propalada qualidade de aprendizagem.

| CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de sedimentação do neoliberalismo, substantivado no âmbito da constituição do Estado gerencial, são criadas as bases para a Nova Gestão Pública, cujas premissas foram incorporadas nas agendas governamentais mediante a intensificação dos mecanismos de privatização de empresas estatais, em seus formatos convencionais, como também metamorfosearam o sentido da privatização mediante a veiculação dos princípios mercantis na máquina pública. Especificamente no campo da educação pública, as ações privatistas de “braços sociais” das empresas têm provocado incidências sobre múltiplos aspectos da dinâmica escolar, tais como: assessorias para desenhos curriculares; formação de profissionais da educação; elaboração e vendas de materiais didáticos para os sistemas de ensino; e princípios e formatos da avaliação externa regidos pela meritocracia, conforme abordamos no decorrer deste artigo.

A diversificação de tendências e modalidades de aparatos privatistas nos permite constatar que a privatização não se materializa apenas por meio da venda dos ativos públicos, mas também pela instalação da lógica mercantil no âmbito da esfera pública. Embora esse processo não possua um formato monolítico, um parâmetro comum que o respalda é a eliminação ou arrefecimento substancial da intervenção estatal do setor público materializando os princípios do GERM: padronização, responsabilização e descentralização.

A influência e a ação de grupos privados na educação pública do estado do RN não se mantiveram estáveis ao longo do período pesquisado. Se entre 2016 e 2018 tivemos o ingresso de diversas fundações e instituições privadas ocupando centralidade na definição e gestão de programas e políticas na área educacional, em 2019 temos uma diminuição expressiva do papel que elas desempenhavam. Essas mudanças podem ser explicadas pelo cenário imposto com a eleição de Maria de Fátima Bezerra, do PT, como governadora do estado. No entanto, o espectro privatista tem assumido dimensões ampliadas em todo o tecido social. Assim, faz-se mister interromper a hegemonia conservadora e as injunções privatistas do movimento reformador, visando a instauração do sentido da política no seu aspecto plural e participativo.

No âmbito dos sistemas de ensino, é premente ressignificar a cultura avaliativa, na qual os resultados das avaliações possam ser utilizados pelos atores locais como ferramenta de diagnóstico e melhoria da qualidade de ensino numa perspectiva dialógica entre o corpo técnico das secretarias, docentes e gestores das unidades escolares, visando identificar as necessidades de aprendizado dos alunos.

| AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de Felipe Daniel Barros Diniz, ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN que proporcionou os recursos e ferramental para a realização desta investigação, e ao CNPq, pela bolsa de pós-doutorado de Luciane Terra dos Santos Garcia, processo 200661/2024-8, Chamada Atlânticas Nº 36/2023–Pós Doutorado no Exterior–PDE.

| REFERÊNCIAS

- Avalia Educacional (2017). *Atividade 10 – Divulgação dos Resultados do SIMAIS 2016: Serviços de Consultoria para o Desenvolvimento e Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional da Secretaria do Estado da Educação do Rio Grande do Norte SIMAIS/RN*. Disponível em: <https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/d8fa7d33331e90970785a044cfc9f724.pdf>. Acesso em: 21/02/ 2025.
- Avalia Educacional (2016). *Plano técnico de ação 2016–2017: Serviços de Consultoria para o Desenvolvimento e Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional da Secretaria do Estado da Educação do Rio Grande do Norte – SIMAIS RN*.
- Ball, S. (2014). *Globalización, mercantilización y privatización: tendencias internacionales en Educación y Política Educativa*. Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 22, p. 1-13.
- Ball, S. (2001). Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116.
- Ball, S. y Youdell, D. (2007). Privatización encubierta en la educación pública. Instituto de Educación, Universidad de Londres. Disponível em: <https://bit.ly/3QDdGkn>. Acesso em: 02/02/2025.
- Borón, A. (1998). Os novos Leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: Sader, E.; Gentili, P. (Coord.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bowe, R.y Ball, S. (1992). *Reforming education and changing schools: case studies in policy*

sociology. London: Routledge.

- Brasil. (2017). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho–CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- Brooke, N. y Cunha, M. (2011). A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados. *Estudos e Pesquisas Educacionais*, Fundação Victor Civita, n. 2.
- Diniz, F. (2020). Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do Rio Grande do Norte e as políticas de avaliação educacional: da formulação à implementação. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Freitas, L. (2018). *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular.
- Garcia, L. y Diniz, F. & Queiroz, M. (2020). Avaliação política do sistema de monitoramento e avaliação institucional – SIMAIS/RN. In: Silva, R.y Garcia, L. (Coord.). *Políticas e gestão da educação brasileira em tempos de retrocessos*. 1. ed. Brasília: Anpae.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Pestana, M. (2016). Trajetória do Saeb: criação, amadurecimento e desafios. *Em Aberto*, v. 29, n. 96.
- Rio Grande do Norte. (2013). *Manual Operativo*. Projeto RN Sustentável.
- Rio Grande do Norte. (2017). *Contrato nº 75/2017*. Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, e a Universidade Federal de Juiz de Fora. Natal: Governo do Estado do RN.
- Rio Grande do Norte. (2016). *Contrato RN Sustentável 82/2016*. Celebra contrato entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Finanças e a Avalia Qualidade Educacional Ltda. Natal: Governo do Estado do RN.
- SEEC/Assecom. (2018). *Promédio: um novo olhar para o Ensino Médio*. Portal do Governo do RN. Natal, 3 jan. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/R6p4jt>> Acesso em: 25/06/2018.
- Silva, M. (2009). Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. *Cadernos Cedes*, v. 29, p. 216-226.
- Sousa, A. (2003). Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. *Cadernos*

de Pesquisa, n. 119, p. 175-190.

Teixeira, T. y Valentim, M. (2012). Estratégias para disseminação do Conhecimento Organizacional: o papel da arquitetura da informação. *Informação & Informação*, p. 165-180.

Verger, A. y Parcerisa, L & Fontdevila. (2018). Crescimento e disseminação de avaliações em larga escala e de responsabilizações baseadas em testes: uma sociologia política das reformas educacionais globais. *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 27, n. 53, p. 60-82.

Apêndice-Información sobre el artículo

Historico editorial

Submetido: 05 de Enero de 2024.

Aprobado: 15 de Junio de 2025.

Publicado: 05 de Julio de 2025.

Como Citar — APA

Diniz, F. D. B., Garcia, L. T. dos S., & Silva, M. V. (2025). Convergências entre privatização da educação e avaliação externa no contexto do Movimento Global de Reforma Educacional. *PARADIGMA*, XLVI(2), e2025005. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025005.id1690>.

Como Citar — ABNT

DINIZ, Felipe Daniel Barros; GARCIA, Luciane Terra dos Santos; SILVA, Maria Vieira. Convergências entre privatização da educação e avaliação externa no contexto do Movimento Global de Reforma Educacional. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLVI, n. 2, e2025005, Jul./Dic., 2025. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025005.id1690>.

Conflicto de intereses

Nada que declarar.

Declaración de disponibilidad de datos

Todos los datos han sido presentados/generados en este artículo.

Derechos autorales

Los derechos de autor pertenecen a los autores, que conceden a revista **Paradigma** los derechos exclusivos de primera publicación. Los autores no serán remunerados por la publicación de sus artículos en esta revista. Los autores están autorizados a celebrar contratos adicionales por separado, para la distribución no exclusiva de la versión del artículo publicado en esta revista (por ejemplo, publicación en un repositorio institucional, en un sitio web personal, publicación de una traducción o como capítulo de un libro), con reconocimiento de autoría y primera publicación en esta revista. Los editores de la revista **Paradigma** tienen derecho a realizar ajustes textuales y adecuación normativas en este artículo.

Acceso libre

Este artículo es de acceso abierto (**Open Access**) y sin gastos de envío ni de procesamiento del artículo (**Article Processing Charges - APCs**). El acceso abierto es un amplio movimiento internacional que pretende proporcionar acceso en línea libre y gratuito a la información académica, como publicaciones y datos. Una publicación se define como de acceso abierto cuando no existen barreras financieras, legales o técnicas para acceder a ella; en otras palabras, cuando cualquiera puede leerla, descargarla, copiarla, distribuirla, imprimirla, investigarla o utilizarla en la educación o de cualquier otra forma dentro de los acuerdos legales.



Licencia de uso

Este artículo es licenciado con **Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**. Esta licencia le permite compartir, copiar y redistribuir el artículo en cualquier medio o formato. La licencia no permite utilizar el material con fines comerciales ni adaptarlo, remezclarlo o transformarlo.



Comprobación de similitud

Este artículo fue sometido a una comprobación de similitud utilizando el software de detección de texto **iThenticate** de Turnitin, a través del servicio de **Similarity Check** de la Crossref.



Proceso de evaluación

Revisión por pares a doble ciego (**Double blind peer review**).

Editor

Fredy E. González

Publisher

Este artículo ha sido publicado en la revista **Paradigma** vinculada al Centro de Investigaciones Educativas Paradigma (CIEP) del Departamento del Componente Docente de la **Universidad Pedagógica Experimental Libertador** (Núcleo Maracay). La revista **Paradigma** publica artículos de carácter técnico-científico, derivados de estudios e investigaciones que sirvan de apoyo al desarrollo del conocimiento educativo, propiciando el diálogo entre los diferentes campos de la educación. Las ideas expresadas en este artículo son de los autores y no representan necesariamente la opinión del consejo editorial o de la universidad. En Brasil, la revista *Paradigma* obtuvo la calificación **Qualis A1** en la **Evaluación CAPES (2017-2020)**.

